

OLHARES SOBRE A ABORDAGEM DA CIDADE NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PNLD DE 2015, 2018 E O PNLD DE 2021

MIRADAS SOBRE EL ENFOQUE DE LA CIUDAD EN LOS LIBROS DE TEXTO DE GEOGRAFÍA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA: UN ANÁLISIS COMPARATIVO ENTRE EL PNLD DE 2015, 2018 Y EL PNLD DE 2021

PERSPECTIVES ON THE APPROACH TO THE CITY IN HIGH SCHOOL GEOGRAPHY TEXTBOOKS: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE 2015, 2018, AND 2021 PNLD

JONATHA IURI MACENA DE SÁ

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil
<yuremacena@gmail.com>

VINICIUS DUARTE RODRIGUES

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil
<viniduarrodrigues48@gmail.com>

RODRIGO BEZERRA PESSOA

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil
<geograforodrigo@gmail.com>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central realizar uma análise comparativa da abordagem sobre a cidade em três coleções de livros didáticos de Geografia e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, aprovadas nos PNLDs de 2015, 2018 e 2021, analisando os impactos do Novo Ensino Médio. Como percurso metodológico, a pesquisa envolveu três etapas, a saber: a) revisão bibliográfica sobre a cidade na contemporaneidade; b) análise documental das mudanças nos livros devido à Lei nº 13.415/2017; e c) análise comparativa de três coleções didáticas, duas anteriores e uma posterior à reforma. Os resultados indicam que os livros didáticos dos PNLDs de 2015 e 2018 abordam a cidade de forma mais aprofundada, enquanto os livros pós-reforma tratam o tema de maneira superficial, reduzindo conteúdos socialmente relevantes. Conclui-se que o NEM comprometeu a autonomia da Geografia como disciplina escolar, tornando urgente sua revogação para garantir um ensino mais crítico e abrangente.

Palavras-Chave: Livro Didático. Novo Ensino Médio. Abordagem. Cidade.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis comparativo del enfoque sobre la ciudad en tres colecciones de libros de texto de Geografía y Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas, aprobadas en los PNLD de 2015, 2018 y 2021, analizando los impactos del Nuevo Bachillerato. La investigación se desarrolló en tres etapas: a) revisión bibliográfica sobre la ciudad en la contemporaneidad; b) análisis documental de los cambios en los libros debido a la Ley N.º 13.415/2017; y c) análisis comparativo de tres colecciones didáticas, dos anteriores y una posterior a la reforma. Los resultados indican que los libros didáticos de los PNLD de 2015 y 2018 abordan la ciudad con mayor profundidad, mientras que los libros posteriores a la reforma tratan el tema de manera superficial, reduciendo contenidos socialmente relevantes. Se concluye que el Nuevo Bachillerato comprometió la autonomía de la Geografía como disciplina escolar, por lo que su derogación es urgente para garantizar una educación más crítica e integral.

Palabras clave: Libro de Texto. Nueva Escuela Secundaria. Enfoque. Ciudad.

Pesquisar, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 89-109, maio 2025.

Abstract

This article aims to conduct a comparative analysis of the approach to the city in three collections of Geography and Applied Human and Social Sciences textbooks, approved in the 2015, 2018, and 2021 PNLDs, examining the impacts of the New High School Curriculum. The research followed three methodological steps: a) a literature review on the city in contemporary times; b) a documentary analysis of changes in textbooks due to Law No. 13.415/2017; and c) a comparative analysis of three textbook collections, two published before and one after the reform. The results indicate that the 2015 and 2018 PNLD textbooks explore the city in greater depth, whereas post-reform textbooks address the topic superficially, reducing socially relevant content. It is concluded that the New High School Curriculum has compromised Geography's autonomy as a school subject, making its repeal urgent to ensure a more critical and comprehensive education.

Keywords: Textbook. New High School. Curriculum. Approach. City.

Introdução

A Reforma do Ensino Médio, implementada em 2017 a partir da sanção presidencial da Lei nº 13.415/2017, causou grandes impactos para o ensino médio no Brasil, principalmente no que se refere a diminuição da carga horária de disciplinas importantes socialmente, na precarização do trabalho docente e também na diluição de conceitos e temas relevantes mediante a aglutinação dos componentes curriculares em grandes áreas do conhecimento.

O Novo Ensino Médio (NEM) não foi originado inicialmente, de maneira a atender os anseios da população e, principalmente, dos alunos e professores. Pelo contrário, a reforma foi originada a partir da publicação de uma medida provisória (MP 746/2016) de caráter de urgência através de um ato autoritário do governo Temer, que exige um prazo exíguo para as discussões entre as entidades representativas de cada agente educacional, refletindo os ideários de um governo ilegítimo (Silva, 2023).

Essa reforma educacional de caráter neoliberal, evidencia a tese de Laval (2019) que salienta que estamos vivenciando atualmente uma era de avanço das práticas neoliberais na educação pública, se configurando como um mecanismo de difusão da lógica empresarial. Assim, nos últimos anos a escola enquanto uma fonte da construção do saber e da emolduração de subjetividades, se tornou um espaço propício para potencializar a racionalidade empresarial baseado nas competências e habilidades.

Diante das mudanças provocadas pelo NEM, a Geografia Escolar foi diretamente afetada pela aglutinação da disciplina na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) em consonância às disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, perdendo a sua autonomia enquanto componente curricular de fundamental importância na educação básica, contribuindo e auxiliando os alunos a desvelar a realidade contraditória que os cercam.

Esse acoplamento da Geografia na área de CHSA foi sendo afetada também pela diluição nos livros didáticos através da lógica da “interdisciplinaridade”, acarretando diretamente na

superficialização de conceitos e temas fundamentais para a compreensão da racionalidade capitalista contemporânea. Nesse contexto, ao realizarmos a presente pesquisa, buscaremos analisar como a cidade é abordada nos livros didáticos de Geografia, antes do Novo Ensino Médio, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pós-reforma, visando identificar se a cidade é abordada de forma a contemplar ou não a sua multidimensionalidade e as suas complexidades na contemporaneidade.

Assim, ao considerarmos a cidade como o lócus da vida, onde as relações sociais se territorializam e se concretizam, e reconhecendo a importância de compreender suas mazelas, destacamos sua relevância social neste estudo. Nesta perspectiva, ao compreendermos a cidade como sendo uma temática de grande relevância para o entendimento da realidade em que os alunos estão inseridos, destacamos a importância de a cidade ser colocada de forma assídua e compreensível nos livros didáticos, a fim do senso crítico dos alunos ser instigado.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo central analisar, de forma comparativa, volumes aprovados nos PNLDs de 2015, 2018 e 2021, com vistas a verificar como a cidade vem sendo abordada nos últimos editais dos PNLDs e compreender quais os impactos do NEM e da BNCC (EM) na abordagem da cidade. Assim, observamos se a cidade, ao longo dos editais, foi esvaziada, generalizada ou até mesmo abordada de forma integral, com o objetivo de identificar os reais impactos dessa reforma na Geografia escolar.

Para a realização desta pesquisa, a dividimos em três etapas, diferentes, mas complementares entre si, sendo elas: A) pesquisa bibliográfica, com o intuito de fazer uma breve reflexão acerca da abordagem da cidade por alguns autores trabalhados; B) pesquisa documental, objetivando a compreender as principais mudanças acarretadas pelo novo ensino médio, a partir de análises comparativas entre o PNLD de 2015, de 2018 e o PNLD de 2021 a partir da implementação da Lei nº 13.415/2017; C) análise de três volumes de três coleções de livros didáticos, sendo os dois primeiros de Geografia, e o último, de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Assim, buscaremos ao longo desta pesquisa trazer contribuições e reflexões que incentivem novas pesquisas acerca dos impactos da reforma do ensino médio nos livros didáticos de Geografia e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, dando ênfase, em primazia, à Geografia e às disciplinas de cunho crítico-social, que foram cooptados pela lógica mercadológica e empresarial. Com isso, ao final da pesquisa, e por meio da análise comparativa dos PNLDs trabalhados, pôde-se observar uma diluição da abordagem da cidade nos livros didáticos, em especial após a reforma do ensino médio, o que concretiza a tese de um esvaziamento no tocante às temáticas de relevância social.

A cidade e seus múltiplos significados

A cidade, diferentemente do urbano ou da urbanização, estes considerados como um fenômeno que originam a cidade, pode ser analisada e conceituada de diversas maneiras. Seja pelos seus moradores, seja pelos estudiosos da área, a cidade é um termo de difícil compreensão, muitas vezes até mesmo conceituada com vários conceitos, no sentido de integrá-la nas mais variadas definições. Para compreender a cidade, é preciso vivê-la, estudá-la, senti-la. E mais, para entendê-la, é indispensável compreender as suas lutas e máscaras sociais contidas nela, seja uma cidade interiorana ou uma grande metrópole. O entender a cidade é que faz dela um tema de grande valia para a compreensão do espaço vivido pelos estudantes da educação básica.

Carlos (2004) salienta que a cidade, em diversas esferas da própria sociedade, vem sendo pensada apenas como um quadro físico e econômico, em que essas dimensões são amplamente naturalizadas. Assim, as práticas socioespaciais que lhe dão forma são ocultadas em detrimento de questões unicamente econômicas. Vale destacar, sob essa ótica, que as próprias problemáticas da cidade são colocadas em segundo plano no seu próprio conceito, excluindo as suas contradições que também lhe dão significado.

Para além da sua abordagem conceitual, a cidade, hoje, vai adquirir cada vez mais perspectivas políticas e de lutas sociais, como destaca Ultramarini (2019) ao mencionar Castells e Borja (1996) em que, além de assumir um protagonismo na vida política, vê a cidade adquirindo destaque na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. A cidade, para o autor, poderá ser abordada como atores sociais complexos e de múltiplas dimensões, em que o próprio homem dará forma a ela, e também mudará à medida das suas mudanças.

Nesta perspectiva da cidade como um campo de vastas interpretações e realizações, o seu entendimento é imprescindível para a criticidade das mazelas sociais existentes em toda a história, principalmente na atual conjuntura, em que o modo capitalista de produção impera sobre os sujeitos. Ferrara (1990) enfatiza que na cidade estão as imagens que assinalam uma robusta humana, na ideia de que ela é modelada pelos seus próprios moradores. Para além disso:

As imagens urbanas despertam a nossa percepção na medida em que marcam o cenário mundial da nossa rotina e a identificam como urbana: o movimento, os adensamentos humanos, os transportes, o barulho, o tráfego, a verticalização, a vida fervilhante: uma atmosfera que assinala um modo de vida e certo tipo de relações sociais (Ferrara, 1990, p. 3).

Adentrando à busca pela sua definição, a cidade pode e deve ser tratada como uma ideia não só de produção e reprodução da materialização das atividades humanas, mas também como um modo de viver, pensar e sentir. Ela irá produzir um modo de vida urbano, que se dará por meio dos comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e cultura (Carlos, 2021). Sob

esta análise, o modo de vida na cidade não deve ser considerado apenas nas perspectivas econômicas, mas um modo de vida que seja para além disso. Que veja a cultura e a sua territorialização no seu espaço como um modo de ver a cidade e de se viver.

Analisando a cidade como um modo de ser, de viver, e de sentir; ser, viver e sentir não apenas os aspectos positivos nas cidades, mas também viver e sentir todas as suas contradições, mais uma vez, Carlos (2004, p. 15) ressalta que “[...] a cidade se reafirma enquanto espaço social, na medida em que se trata da realização do ser social ao longo do processo histórico. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade”.

Nesse sentido, podemos analisar a cidade como um centro em que a produção capitalista é potencializada, principalmente após o processo de industrialização. A urbanização dá vida às cidades, quando da necessidade de se buscar trabalho e renda. Com isso, surgem não apenas polos industriais nas principais cidades - como grandes metrópoles, vale destacar -, além de médias e pequenas empresas e indústrias nas pequenas e médias cidades. À vista disso, como destacamos anteriormente, surgem as mazelas e as máscaras da cidade. Ferrara (1990) acerca das máscaras da cidade, mais uma vez, dá ênfase a isso, ao relatar que:

As transformações econômicas e sociais deixam, na cidade, marcas ou sinais que contam uma história não-verbal pontilhada de imagens, de máscaras que têm significado o conjunto de valores, usos, hábitos, desejos e crenças que nutriram, através dos tempos, o cotidiano dos homens (Ferrara, 1990, p. 3).

Quando falamos sobre a importância de se entender o que é a cidade, destacamos a sua influência no modo de pensá-la, principalmente no que se refere à esfera da escola. O que é a cidade? como ela pode ser conceituada? e qual a sua influência nas nossas vidas? A importância de se ter um senso de criticidade em relação ao que está ao nosso redor é significativo e considerável, objetivando questionar aquilo que está internalizado na nossa sociedade, como as desigualdades sociais da cidade, que de certa forma, são mascaradas.

A cidade pode ser compreendida, na esfera da escola especialmente, e em todos os ambientes de vivência, como um livro que precisa ser decifrado por aqueles que a habitam, e a escola terá um papel fundamental no sentido de compreender e produzir conhecimento acerca da cidade (Cavalcanti, 2012). Ademais, como afirma Cavalcanti (2012):

A cidade pode também ser lida e compreendida por meio de seus lugares de manifestação de identidades e de resistência, particularmente a que acontece em lugares públicos. São as ruas, as praças e os parques os lugares mais democráticos do ponto de vista do acesso de todos os habitantes [...] (Cavalcanti, 2012, p. 95).

Ultramari (2019) sobre as dificuldades e razões para formular o conceito de cidade, lembra que esta ainda vai constituir um conceito ainda carente de uma definição clara, sendo este conceito bastante ambíguo. Ainda no pensamento do autor, a cidade é conceito multidisciplinar e que busca conciliar distintas prioridades e perspectivas investigativas, em que a cada análise sobre a cidade, cada crítica, cada novo fenômeno dará a ela novos significados e, com isso, ainda mais ambiguidade.

Por isso, consideramos a cidade do ponto de vista da sua integralidade, ou seja: cidade na ideia econômica, política, cultural, das lutas, do ser, do viver, do sentir. E dessas múltiplas características cabe a necessidade de os cidadãos compreenderem e entenderem o direito a usufruir dela. Dessa forma, a importância de a cidade ser colocada de forma integral e múltipla nos materiais didáticos, com o objetivo de os alunos, sujeitos ativos na sociedade, compreenderem e questionarem a realidade em que estão inseridos.

As reverberações da reforma do ensino médio nos livros didáticos de geografia

De acordo com Rauber e Tonini (2014), os livros didáticos têm passado por grandes transformações nos últimos anos, o que pode tornar o ensino mais ou menos acessível, a depender de como os conteúdos são organizados. Essas mudanças influenciam a forma como os conteúdos são apresentados nos materiais, afetando a clareza e a acessibilidade para os alunos. Além disso, os autores ressaltam o uso de fotografias, gráficos, mapas e infográficos, que seguem uma lógica inspirada pelas redes sociais, introduzindo novas linguagens e códigos textuais. Esses recursos podem ser aproveitados para estimular a criticidade dos alunos e promover a construção de conhecimento a partir do que é proposto no material.

A Geografia crítica escolar sugere que os livros didáticos não devem ser seguidos rigidamente, tanto em termos de conteúdo quanto na estrutura de suas unidades e capítulos. Essa abordagem destaca a importância de considerar o contexto do aluno. Por exemplo, ao trabalhar o tema "cidade", os recursos visuais do livro podem servir como ponto de partida para problematizações que vão para além do material didático, incentivando uma reflexão sobre o ambiente em que o aluno vive. Assim, a construção do conhecimento deve ocorrer por meio da interação com os outros e da experiência cotidiana (Rauber; Tonini, 2014).

Choppin (2004), ao contextualizar a história dos livros didáticos e suas edições, destaca que esses materiais cumprem quatro funções transtemporais. A primeira é a função referencial, em que o livro didático atua como uma fiel tradução dos programas de ensino ou dos editais estabelecidos, servindo como referência direta. A segunda é a função instrumental, na qual o livro aplica métodos de aprendizagem e propõe exercícios e atividades, buscando facilitar a compreensão dos conteúdos, promover o desenvolvimento de competências disciplinares e a aquisição de habilidades. A terceira é a função documental, que atribui ao livro didático a capacidade de oferecer uma variedade de documentos textuais ou visuais, cuja análise pode

contribuir para o desenvolvimento da criticidade dos alunos. Por fim, a função ideológica/cultural, considerada a principal, reflete o papel do livro didático na transmissão e formação de valores.

Assim, Choppin (2004, p. 552-553) considera que esta última função:

[...] é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

Nesse sentido, o livro didático nos últimos anos vem sendo alvo dessa função ideológica e cultural através das mudanças significativas na sua estruturação, em especial a partir da implementação do NEM em 2017, na qual os componentes curriculares foram acoplados em grandes áreas do conhecimento reverberando diretamente nos livros didáticos. Enquanto artefato cultural de suma importância no contexto escolar, o livro didático se configura como um instrumento de modificação de subjetividades dos jovens estudantes brasileiros, sendo utilizado por diferentes agentes como um dispositivo de difusão de ideologias e de culturas (Gonçalves, 2019).

Além disso, o livro didático atual, inserido na lógica neoliberal, transforma-se cada vez mais em uma mercadoria. As editoras elaboram, produzem e comercializam o conteúdo com base em referenciais definidos por professores e especialistas, os quais devem, por sua vez, atender às diretrizes pré-estabelecidas nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Dessa forma, os livros didáticos se tornam objetos de disputa entre diversas editoras para a obtenção de lucro através do financiamento estatal.

O livro didático, enquanto um produto mercadológico, poderá influenciar e muitas vezes moldar o pensamento dos indivíduos que dele se baseiam, como alunos e, até mesmo, professores. O ator peculiar, que comprará os livros e terá papel primordial nesse esquema de compra, será o próprio Estado. A ampliação do público leitor no geral, a necessidade de materiais didáticos que se adequem à realidade atual e o interesse e busca pelo lucro de empresas privadas por meio da educação, potencializa ainda mais o discurso do livro didático como mercadoria (Munakata, 2012).

A partir dessa ótica, as mudanças causadas pela Lei 13.415 de 2017 e pela BNCC-EM em 2018, trouxeram transformações na estruturação das disciplinas escolares a partir da publicação do edital consolidado do PNLD de 2021, na qual antes os componentes curriculares possuíam volumes e coleções autônomas. Contudo, com as reformas recentes, as disciplinas foram

aglutinadas em áreas do conhecimento (Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas Tecnologias), com apenas a Matemática e a Língua Portuguesa com livros didáticos específicos, marginalizando outras disciplinas fundamentais como a Geografia (Souza; Bairro, 2021).

Para além disso, ainda sobre a lógica da BNCC e do NEM, Sussekind (2019) utiliza a teoria de Boaventura Santos (2001), que versa sobre os impactos de políticas educacionais voltados para formar mão-de-obra para fomentar o mercado de trabalho afeta, principalmente, estudantes das classes menos favorecidas, sob essa ótica Sussekind (2019) analisa como a reforma do ensino médio, e afirmar que o incremento da BNCC são prejudiciais à educação, aos alunos que são ideologicamente influenciados, internalizando a ideia de mercado de trabalho como único caminho para o indivíduo, e ao trabalho docente, que é desumanizado. A autora dá ênfase ao pensamento hegemônico (racional moderno europeu ou o norte global) e como este influencia o sistema educacional, propondo que o conhecimento curricular democrático deve ser um deslocamento, uma conversa e uma resistência ao pensamento único hegemônico.

Ademais, Sussekind (2019) destaca também que o currículo, que é baseado na BNCC, é um modo de produção do conhecimento como sendo monocultor, ou seja, que não considera outras formas e outras experiências, anulando a pluralidade do mundo. A autora considera as reformas neoliberais atuais como sendo um “epistemicídio”, havendo uma certa crise da democracia educacional, o desaparecimento da diversidade, a invisibilização e desqualificação do conhecimento, entre outros.

É diante desse contexto de avanço das práticas neoliberais no ambiente escolar (Laval, 2019), na qual vem sendo fortalecida por movimentos empresariais nacionais como o “Movimento Todos Pela Educação” e também pela lógica mercadológica de agentes supranacionais como o Banco Mundial, que buscaremos trazer à baila os impactos dessas mudanças neoliberais nos livros didáticos de Geografia, através da análise da abordagem da cidade nos materiais didáticos selecionados.

A cidade nos livros didáticos de geografia: o antes e o depois da reforma a partir da análise de diferentes PNLDs

Para a realização desta pesquisa, colocamos em voga uma análise comparativa entre os livros didáticos utilizados nos PNLDs de 2015 e 2018, com livros de Geografia, e do PNLD de 2021, com o livro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, para efeito de comparação com o antes e o depois da reforma. A temática que escolhemos foi a cidade, a fim de compreender quais as mudanças verificadas entre ambos os PNLDs, sendo esse tema de fundamental importância para a criticidade do aluno.

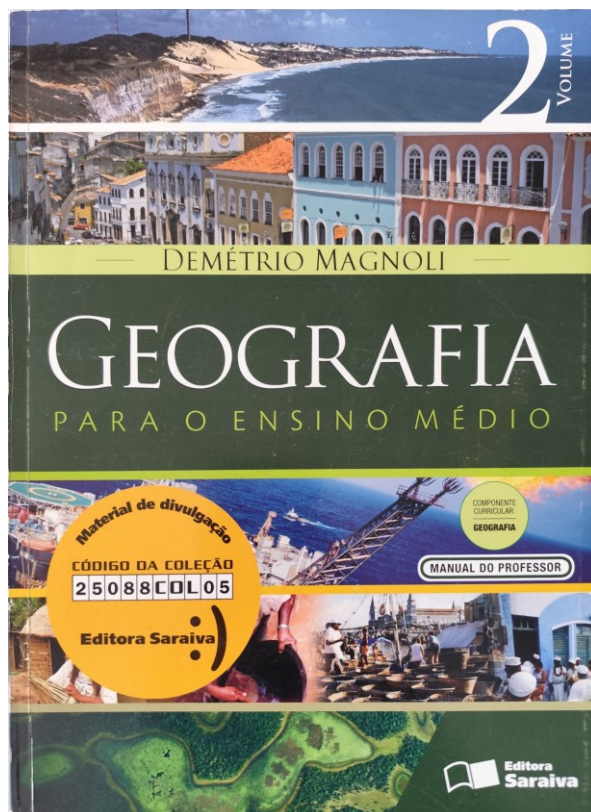
Para a análise dos livros didáticos, utilizamos quatro critérios que pudessem estabelecer uma visão mais sistemática e contundente do conteúdo cidade nos materiais trabalhados. Primeiramente, trabalhamos com o conceito de cidade, em que buscamos analisar como o seu conceito é abordado e se existia um aprofundamento adequado ao nível de ensino, com base nas referências contemporâneas. Em seguida, analisou-se a contextualização da cidade, a fim de verificar se havia ou não uma abordagem histórica desde sua origem até os dias atuais. O terceiro critério deu ênfase aos recursos imagéticos visíveis sobre a cidade, averiguando se o livro didático possuía imagens representativas sobre a cidade, de forma a compreender as suas complexidades a partir de mapas temáticos, gráficos, tabelas e ilustrações.

O quarto critério se deu pela conexão da cidade com outras temáticas, tendo como objetivo observar como a cidade é abordada a partir das interconexões com temas como favelização, desigualdades sociais, trabalho, direito à moradia, lazer e movimentos sociais. Portanto, com base nos critérios supracitados, os livros didáticos selecionados foram: Geografia para o Ensino Médio, da Editora Saraiva (2010); Geografia, contextos e redes, do segundo ano (2016); e, por último, e já após a reforma do ensino médio, o Volume Liberdade e vida social, de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Editora do Brasil (2020).

Geografia para o Ensino Médio: Editora Saraiva, PNLD 2015

O primeiro livro didático (LD 01) analisado (figura 1), intitulado como “Geografia para o Ensino Médio”, Volume 2, é de autoria de Demétrio Magnoli, da Editora Saraiva, do ano de 2010, e aprovado pelo PNLD de 2015. Demétrio Magnoli é Bacharel em Ciências Sociais e doutor em Geografia Humana pela USP, especialista em Relações Internacionais e, à época, editor do jornal *Mundo - Geografia e Política Internacional*.

Figura 1 - Livro “Geografia para o ensino médio”



Fonte: Editora Saraiva (2010).

O livro está dividido em capítulos (10 no total) e subdividido em tópicos. Trabalhamos com o capítulo 04 na qual aborda a cidade, intitulado como: “As cidades e o espaço brasileiro”, das páginas 67 a 83, totalizando 16 páginas. Os tópicos do referido capítulo são: O processo de urbanização; Hierarquia e rede urbana; Os eixos de circulação; os complexos regionais; e, ao final, propostas de trabalho. E o capítulo 09 “O espaço das metrópoles”, das páginas 152 a 167, com 15 páginas totais neste capítulo, subdividido em: As regiões metropolitanas; a natureza das metrópoles; Estrutura espacial das metrópoles e Propostas de trabalho.

No que se refere ao conceito de cidade (figura 2), em relação ao capítulo 04 (Páginas 67-83) observamos que a abordagem da cidade se dá de forma adequada ao nível de ensino (2º ano). Contudo, apesar de uma perspectiva coerente no que se refere aos aspectos econômicos e produtivos da cidade, o livro didático não abrange outros componentes que são importantes na compreensão da cidade, tais como: processos de favelização, direito à cidade, a cidade enquanto espaço de luta, do viver, do ser, do fazer e do lazer. Para além disso, no capítulo 09, a cidade é retratada a partir da perspectiva das grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, neste capítulo se retrata apenas os grandes aglomerados urbanos.

Figura 2 - Livro “Geografia para o ensino médio” - Conceito de Cidade



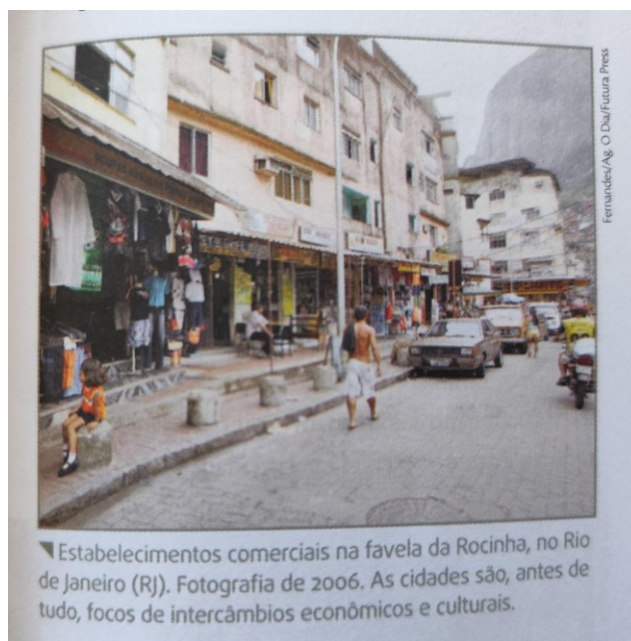
Fonte: Editora Saraiva (2010).

Sobre a contextualização da cidade, salientamos que o processo de urbanização é destacado como o principal fenômeno para o surgimento e a expansão das cidades a partir das transformações da economia e da sociedade. Então, o sujeito nesse contexto altera mediante as mudanças da cidade. Ademais, vale ressaltar que ao trabalhar a urbanização através do seu contexto histórico, o LD 01 traz de forma aprofundada e com linguagem adequada toda a contextualização desde o surgimento das cidades até a contemporaneidade, sendo esse um aspecto positivo.

A respeito dos recursos imagéticos visíveis sobre a cidade, o capítulo 04 é composto por 12 imagens, nenhuma tabela, 8 mapas e 3 gráficos. Há de se destacar uma grande incidência do Sudeste nas imagens retratadas, destacando as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (figura 3), em detrimento a outras cidades. Contudo, existem também imagens de cidades nordestinas, como a cidade de Campina Grande / PB (figura 4), apesar de uma única vez. Os gráficos apresentados representam as transformações da cidade a partir da população de cada região do Brasil (rural e urbana). Ademais, não encontramos tabelas, já em relação aos mapas, observamos

temáticas como a hierarquia urbana das principais cidades, área de influência (Porto Alegre e Curitiba), Brasília e transportes.

Figura 3 - Cidade do Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Editora Saraiva (2010).

Figura 4 - Cidade de Campina Grande/PB



Fonte: Editora Saraiva (2010).

No último critério, acerca da conexão da cidade com outras temáticas, notamos que a cidade é discutida de forma a contemplar os aspectos de urbanização, redes urbanas e as grandes metrópoles. Porém, não aprofunda as problemáticas como o processo de favelização, desigualdades sociais e direito à cidade. Contudo, vale destacar também que no capítulo 09 as grandes cidades metropolitanas aprofundam a questão da pobreza e violência urbana, mas apenas nas grandes cidades metropolitanas.

O LD 01 analisado, ao trazer dois capítulos que tratam da cidade e suas complexidades, aprofunda questões fundamentais como a urbanização e a pobreza/violência nos grandes centros urbanos. Com a linguagem adequada ao nível de ensino, o LD traz importantes reflexões sobre a cidade e a sua expansão no Brasil a partir de imagens, gráficos e tabelas. Contudo, ao mesmo tempo em que destacamos pontos positivos do volume, há de se salientar que falta uma abordagem para além dos aspectos econômicos de forma a contemplar questões sociais, culturais e políticas inerentes à cidade.

Geografia Contextos e Redes: Editora Moderna, PNLD 2018

O segundo livro didático (LD 02) analisado (figura 5), intitulado como “Geografia Contextos e redes”, do segundo ano, é de autoria de Angela Corrêa da Silva, Nelson Bacic Olic e Ruy Lozano, da Editora Moderna, do ano de 2016, e aprovado pelo PNLD de 2018. Angela Corrêa da Silva é Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Professora de Geografia e Geopolítica no Ensino Médio e em Cursos pré-vestibulares, além de atuar como Professora de Temas Contemporâneos, no Ensino Superior.

Nelson Bacic Olic é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), Professor nos Ensino Fundamental e Médio e em cursos pré-universitários, autor de livros paradidáticos, editor do boletim *Mundo - Geografia e Política Internacional*, além de ser Professor convidado da Universidade Aberta à Maturidade - PUC-SP. E Ruy Lozano, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, além de ser professor no Ensino Médio.

Cabe destacar que todos os autores supracitados são da área das ciências humanas, com destaque principalmente para a autora Ângela Corrêa, esta professora de Geografia e, também, Geopolítica, o que agrega ainda mais valor por ser especificamente da Geografia. Isso proporciona uma visão espacial e geográfica aos alunos, beneficiando o ensino de geografia de maneira a contemplar todos os aspectos adequados à formação cidadã.

Figura 5 - Livro “Geografia Contextos e Redes”



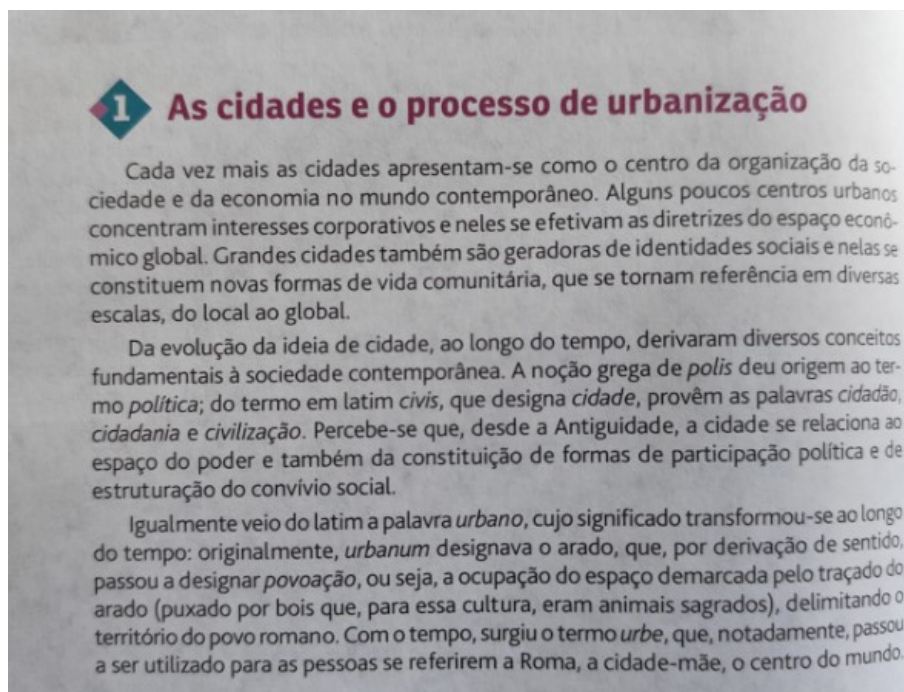
Fonte: Editora Moderna (2016).

O livro didático está dividido em capítulos (9 no total) e, também, subdividido em tópicos. Neste LD 02, trabalhamos com o capítulo 08, com o título “O mundo urbano”, das páginas 212 a 239, totalizando 27 páginas no total dedicadas à cidade e suas complexidades. Os tópicos do capítulo analisado são: As cidades e o processo de urbanização; A urbanização; A formação das megacidades e das megalópoles; A classificação hierárquica das cidades; Os aspectos da localização nas cidades; Os grandes problemas socioambientais urbanos; Cidades sustentáveis. Analisamos também o capítulo 09, intitulado como “Brasil urbano”, das páginas 240 a 268, totalizando 28 páginas no geral. As temáticas do capítulo são: Urbanização brasileira; A passagem do rural para o urbano; Redes e hierarquia urbana no Brasil; Os problemas; Urbanização por regiões.

No que diz respeito ao primeiro critério, no capítulo 08 (páginas 212 a 239), observamos que o conceito de cidade (figura 6) é muito bem trabalhado ao longo do capítulo, sendo abordado de forma a contemplar a cidade desde a sua etimologia (origem da palavra) até as suas problemáticas mais contemporâneas. Para além disso, observamos também que o capítulo aborda a dicotomia entre cidade e urbano, de forma a dissociar os dois conceitos. Ademais, ao *Pesquisar*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 89-109, maio 2025.

citar os geógrafos Ana Fani e Jacques Levy e o urbanista Robert Auzelle, consideramos um ponto forte no livro por tratar de diferentes perspectivas sobre a cidade.

Figura 6 - Livro “Geografia Contextos e Redes” - A cidade



Fonte: Editora Moderna (2016).

Sobre o segundo critério, identificamos durante que o processo de urbanização é abordado de forma a abarcar a urbanização na perspectiva dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, trabalhando com a lógica do processo de êxodo rural e da mecanização do campo como um dos fatores para o processo de urbanização. Assim, ao contextualizar a urbanização, o LD 02 aborda também as desigualdades para com os países desenvolvidos e em desenvolvimento, ao citar o texto intitulado como “A segunda onda”, no item “leitura complementar”, trabalhando as mudanças e transformações ocorridas nos últimos anos a partir da transição urbana. No que se refere ao capítulo 09 “O Brasil Urbano” (páginas 240 a 268), o LD02 trabalha a urbanização no contexto brasileiro, dando ênfase ao processo de industrialização e a passagem do rural para o urbano, destacando a questão do êxodo rural.

Acerca do terceiro critério, no capítulo 8 e 9, identificamos 34 imagens que refletem uma diversidade de aspectos positivos e negativos que refletem a cidade, uma delas se configura logo no início do capítulo, na qual explora a cidade de Nova Deli, Índia, em 2014, à qual reflete as problemáticas urbanas de uma cidade desordenada, e com serviços públicos deficitários. Ademais, outras imagens são colocadas, mostrando a diversidade das cidades, abordando temas

como favelização, produção e trabalho, relações sociais e questões ambientais, além da representação do Brasil, com fotografias muitas vezes representando apenas o sul e sudeste, mas também o nordeste e norte, como a Bahia e o Pará.

Em relação ao quantitativo de mapas, enumeramos 26 mapas ao longo dos capítulos 8 e 9, com destaque para os mapas que representam o avanço das populações que vivem em áreas urbanas nos anos de 2007 com projeções para 2025 e 2050. Ademais, vale salientar o mapa que representa as megacidades do mundo nos anos 1950, 1975, 2000 e 2015, na qual refletem o avanço acelerado da urbanização e, conseqüentemente, do processo de êxodo rural.

Para além disso, não podemos deixar de representar os mapas representativos da rede urbana do Brasil e das regiões metropolitanas como um ponto positivo. Contudo, há de se destacar também que ao abordar as regiões norte e nordeste, observamos poucas representações imagéticas através dos mapas, em contrapontos ao elevado número de mapas das regiões sul, sudeste e centro-oeste. Em relação às tabelas, encontramos apenas duas, em que retratam as maiores aglomerações urbanas de 2014 e as projeções, em 2030. Por fim, ao analisarmos os gráficos, observamos 21 gráficos em ambos os capítulos, com gráficos em pizza, em barras, entre outros.

No quarto e último critério, observamos a abordagem de conteúdos importantes, como a formação das metrópoles, o processo de formação das megalópoles e das megacidades, de forma a abordar as principais cidades no contexto global. Ademais, outro conteúdo importante abordado no livro didático é a favelização, sendo considerado um fenômeno muito comum nas grandes cidades e países em desenvolvimento.

Além disso, observamos alguns aspectos de suma importância para a compreensão da cidade contemporânea, tais como: o preço do solo urbano, o processo de verticalização, as problemáticas socioambientais, como a chuva ácida, as ilhas de calor, as inversões térmicas, poluição da água e a gestão do lixo. Por fim, cabe salientar o item de “cidades sustentáveis”, na qual traz a importância de superarmos as problemáticas atuais com vistas à sustentabilidade das cidades.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Sociedade e Natureza; Editora do Brasil, PNLD 2021

O terceiro e último livro didático (LD 03) analisado (figura 7), nomeado como “Liberdade e vida social”, de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, já do Novo Ensino Médio, aprovado pelo PNLD de 2020, é de autoria de Leandro Gomes, Natália Salan Marpica, Priscila e Manfrinati e Sabina Maura Silva. Leandro Gomes é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), foi professor e coordenador em cursinhos populares e assessor pedagógico especialista. Natália Salan Marpica é Doutora em Sociologia da Educação pela universidade de São Paulo (USP), mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *Pesquisar*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 89-109, maio 2025.

licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e professora de Sociologia no Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

Além disso, Priscila Manfrinati é mestre em Ciências, com área de concentração em Humanidades, Direito e Outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel em História pela USP. E Sabina Maura Silva, que é Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra e licenciada em Filosofia também pela UFMG, docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG).

Dentre os autores deste livro didático, cabe evidenciar o único formado em Geografia, tanto bacharel quanto licenciado, que é o Leandro Gomes, representando de forma superficial toda a disciplina de Geografia. É de fundamental importância a presença de professores formados na área de humanas, em especial da área geográfica, para que o material didático tenha mais didaticidade e conteúdos geográficos relevantes.

Figura 7 - Livro “Liberdade e vida social”



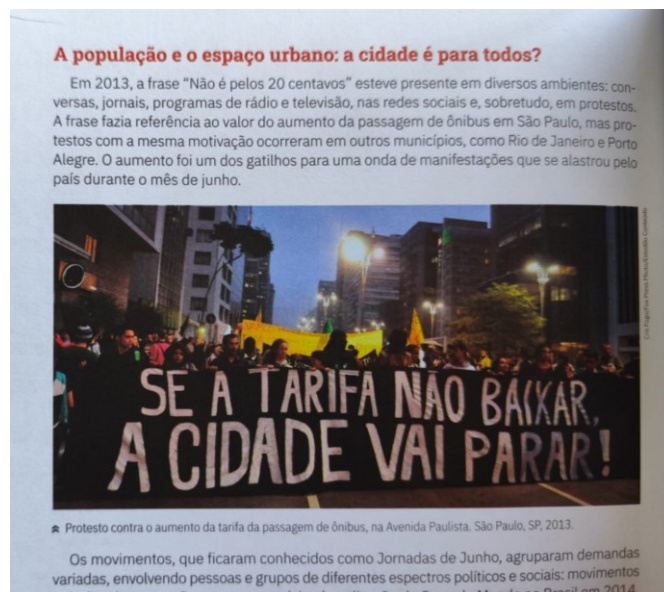
Fonte: Editora do Brasil (2020).

Acerca do primeiro critério, observamos, na unidade 4 (páginas 144 a 153), com o subtítulo “As cidades brasileiras e as desigualdades socioeconômicas” que a cidade é retratada a partir da ocupação de um determinado espaço na superfície terrestre, de forma adensada, contando com uma série de infraestrutura e marcada com uma paisagem característica. Dessa forma, essa concepção é meramente superficial, e não retrata a cidade como o lócus do lazer, do ser, do fazer e sentir.

No segundo critério, ao trabalhar com o processo de urbanização, o livro didático abrange apenas uma abordagem meramente superficial, dando ênfase ao processo de urbanização de forma intensificada na região sudeste, e tendo como uma das principais consequências a especulação imobiliária. Contudo, o processo de industrialização brasileira não é devidamente abordado, fazendo falta a sua concepção.

Em relação à iconografia representada no livro didático, sendo esse o terceiro critério, observamos que as ilustrações representadas abordam fotografias acerca de problemáticas na cidade, como a intensa concentração de pessoas, problemas de lixo e esgoto urbano, as desigualdades sociais, com imagens de condomínios fechados em detrimento de moradores de rua, além da cidade como um campo de lutas, com fotos (figura 8) que demonstram protestos e manifestações. No que se refere aos mapas, observamos uma total ausência desse instrumento tão importante para a representação das complexidades da cidade. Além disso, sobre os gráficos, identificamos apenas 4 gráficos em um grande infográfico, com a ausência de tabelas.

Figura 8 - Livro “Liberdade e vida social” - Representação da cidade



Fonte: Editora do Brasil (2020).

No último critério, destacamos a relação entre enclaves fortificados e o processo de gentrificação a partir de exemplos de violência urbana nas grandes cidades. Ademais, outra temática importante é a questão da população de rua, principalmente nas grandes cidades, como São Paulo. Além disso, outra questão importante é o direito à cidade que é trabalhado a partir da perspectiva do estatuto da cidade (Lei 10.257/2001) e por meio do conceito de direito a cidade de Henry Lefebvre. Porém, ainda assim, de forma superficial.

Considerações finais

Um dos impactos do Novo Ensino Médio se deu, principalmente, a partir da superficialização dos livros didáticos sobre a premissa da interdisciplinaridade. Ao observarmos os resultados da pesquisa, fica nítido que a abordagem da cidade foi sendo generalizada, principalmente, no edital do PNLD de 2021. Assim, identificamos que, em termos quantitativos, o LD 01, denominado de “Geografia para o ensino médio”, aprovado no PNLD de 2015, aborda a cidade em dois capítulos específicos (04 e 09), totalizando 31 páginas, abrangendo a cidade e as suas múltiplas subtemáticas.

Já no LD 02, intitulado como “Geografia contextos e redes”, aprovado no PNLD de 2018, que contempla a cidade a partir dois capítulos (08 e 09), com o total de 55 páginas, ambientando a cidade de forma aprofundada e apreciando as principais temáticas presentes na cidade, incluindo suas mazelas sociais e suas desigualdades socioeconômicas, sendo fundamentais para a criticidade dos alunos.

No que se refere ao LD 03, com o título de “Liberdade e vida social”, aprovado no PNLD de 2021, aborda a cidade apenas na unidade 04, com 09 páginas, refletindo diretamente os impactos da reforma do Ensino Médio e da BNCC-EM, mediante a nítida diminuição do número de páginas em relação aos outros livros analisados, provocando uma abordagem genérica da cidade e sem destacar os impactos do sistema capitalista de produção na sociedade contemporânea.

Portanto, mediante os resultados supracitados, cabe salientar que a reforma do ensino médio impactou intensamente no quantitativo de páginas no que tange a cidade. Com efeito, este esvaziamento provocou uma diluição dos conteúdos socialmente relevantes da Geografia. Dessa forma, fica evidente que é necessário a revogação dessa reforma, com vistas a recuperar a autonomia da Geografia enquanto disciplina escolar e a recompor a carga horária total da disciplina na grade curricular.

Referências

- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.
- BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de Setembro de 2016**. Brasília, 2016.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
- BRASIL. **Lei Nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm.
- SANTOS, Boaventura de S. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Uma leitura sobre a cidade**. Chapecó: Revista Cidades, 2004.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.
- GOMES, Leandro *et al.* **CONEXÃO mundo: ciências humanas e sociais aplicadas: liberdade e vida social**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.
- FERRARA, Lucrécia D'Allesio. As máscaras da cidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 5, p. 3–10, 1990. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i5p3-10. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25521>.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p.
- MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o ensino médio: Brasil, Estado e espaço geográfico**. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2.
- MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático como mercadoria**. São Paulo, 2012.
- Pesquisar*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 89-109, maio 2025.

OLIVEIRA, Aldo Gonçalves de. **O livro didático de Geografia como estratégia de governo.** 2019. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RAUBER, Joaquim; TONINI, Ivaine Maria. Livro didático de geografia: pensando as aprendizagens. Florianópolis: UFSC, 2014.

SANTOS, Boaventura de S. **Crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Ângela Corrêa da; OLIC, Nelson Bacic; LOZANO, Ruy, **Geografia:** contextos e redes. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Monica Ribeiro da. Avanços e retrocessos nas recentes reformas do ensino médio: que rumo tomará a última etapa da educação básica? **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 67, p. 1-15, e25514, out./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n67.25514>. Acesso em: 10 maio 2024.

SOUZA, José Vitor Rossi; BAIRRO, Gabriel Pinto de. **Os livros didáticos de Geografia no Novo Ensino Médio.** Campinas, 2021.

SUSSEKIND, Maria Luiza. **A BNCC e o “novo” Ensino Médio:** reformas arrogantes, indolentes e malévolas. Brasília: Retratos da escola, 2019.

ULTRAMARI, C. Conceito de cidade: dificuldades e razões para formulá-lo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S./l.], v. 15, n. 6, p. 277-294, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5201>. Acesso em: 10 maio 2024.

Recebido em: 14/02/2025

Aprovado em: 22/05/2025